

**VI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ FEDERAL
SUBSTITUTO DA 10 REGIÃO**

10 PROVA ESCRITA

- MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA -

1. No sistema constitucional brasileiro, o controle da constitucionalidade das leis é competência privativa do Poder Judiciário e:

- I - é feito em todos os níveis e órgãos do Poder Judiciário via controle concentrado;
- II - é feito em todos os níveis e órgãos do Poder Judiciário via controle difuso;
- III - é feito pelo Supremo Tribunal Federal, no que diz respeito ao controle concentrado;
- IV - prescinde de requerimento da parte interessada.

- A) Todas as afirmativas são corretas.**
- B) São corretas as afirmativas II e III.**
- C) São incorretas as afirmativas II e IV.**
- D) São incorretas todas as afirmativas.**

2. A investidura em emprego público, nas fundações públicas:

- A) depende de aprovação prévia em concurso público;**
- B) por se tratar de emprego, pelo regime da CLT, independe de aprovação prévia em concurso público;**
- C) só depende de aprovação prévia em concurso público, se for de provimento em comissão;**
- D) impede a sindicalização do servidor.**

3. Compete à Justiça Federal julgar:

- I - as causas em que seja assistente empresa pública federal;
- II - os crimes contra a organização do trabalho;
- III - disputa sobre direitos indígenas;
- IV - as causas referentes à opção de nacionalidade.

- A) É incorreta a afirmativa III.**
- B) São corretas apenas as afirmativas I, II e III.**
- C) São corretas todas as afirmativas.**
- D) São corretas apenas as afirmativas II, III e IV.**

4. A lei orçamentária anual da União Federal compreenderá:

- I - o orçamento fiscal;
- II - o orçamento tributário;
- III - o orçamento de investimentos das empresas da União;
- IV - o orçamento da seguridade social.

- A) São corretas todas as afirmativas.
- B) São corretas apenas as afirmativas I, II e IV.
- C) São corretas apenas as afirmativas I, III e IV.
- D) São corretas apenas as afirmativas I e IV.

5. Compete aos Tribunais Regionais Federais processar e julgar originariamente:

- I - os juízes federais da área de sua jurisdição, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;
- II - os prefeitos municipais da área de sua jurisdição, nos crimes da competência da Justiça Federal;
- III - habeas corpus, quando a autoridade coatora for juiz federal;
- IV - as causas entre Estado estrangeiro e Município.

- A) São corretas todas as afirmativas.
- B) São corretas apenas as afirmativas I, III e IV.
- C) São corretas apenas as afirmativas I, II e IV.
- D) São corretas apenas as afirmativas I, II e III.

6. São irredutíveis os vencimentos:

- A) dos magistrados e dos servidores públicos civis e militares;
- B) apenas dos magistrados;
- C) dos magistrados e dos servidores militares;
- D) dos magistrados e dos servidores fazendários.

7. A Constituição brasileira é:

- A) flexível;
- B) rígida;
- C) histórica;
- D) mista.

8. São cláusulas pétreas da Constituição Federal:

- A) as normas que só podem ser alteradas mediante três quintos (3/5) dos votos dos congressistas, em dois turnos;
- B) aqueles dispositivos que só podem ser emendados após referendo popular;
- C) entre outras, a forma de Estado, os direitos e garantias individuais e a separação dos poderes;
- D) entre outras, a forma de Estado, os direitos e garantias individuais, as inelegibilidades e a separação dos poderes.

9. Para a orientação dos doutrinadores que se atêm ao plano histórico-político ou do conteúdo, Estado de Direito é:

- A) o Estado funcionalizado mediante um ordenamento jurídico;
- B) o Estado vinculado ao direito, limitado pelo direito;
- C) o Estado legalizado;
- D) o Estado garantido por uma constituição.

10. O princípio da separação dos poderes abrange:

- A) divisão de poderes distintos;
- B) divisão de funções;
- C) divisão de poderes e também das funções estatais, que são atribuídas, cada uma, a um órgão diferente, independente e especializado;
- D) divisão de funções, mediante sua atribuição a pessoas distintas, às vezes integrantes do mesmo órgão, com poderes distintos.

11. O Procurador-Geral da República é o chefe do (a):

- A) Ministério Público da União;
- B) Ministério Público;
- C) Ministério Público Federal;
- D) Procuradoria da República.

12. São considerados brasileiros natos:

- A) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil antes da maioridade e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira;
- B) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, até 4 (quatro) anos após atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira;
- C) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que venham a residir no País antes de atingir a maioridade e optem, até 4 (quatro) anos após atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira;
- D) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.

13. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

- I - a existência da União;
- II - a lei orçamentária;
- III - o cumprimento das decisões judiciais;
- IV - a divisão territorial do País.

- A) São corretas as afirmativas I, II e III.**
- B) São corretas todas as afirmativas.**
- C) São corretas as afirmativas I, III e IV.**
- D) São corretas as afirmativas I, II e IV.**

14. São princípios que regem a administração pública:

- I - garantia de sindicalização do servidor público;
- II - reserva, na lei, de certo percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência;
- III - isonomia entre servidores civis e militares quanto à revisão geral da remuneração;
- IV - vedação de acumulação remunerada de quaisquer cargos públicos, quando não houver compatibilidade de horários.

- A) São corretas apenas as afirmativas I, II e III.**
- B) São corretas apenas as afirmativas II, III e IV.**
- C) São corretas apenas as afirmativas I, II e IV.**
- D) São corretas todas as afirmativas.**

15. Empréstimo compulsório:

- A) só pode ser instituído pela União mediante lei;**
- B) só pode ser instituído pela União mediante lei complementar;**
- C) pode ser instituído pela União ou pelos Estados mediante lei complementar;**
- D) integra a competência tributária concorrente da União.**

16. Assinale a proposição correta:

- A) as taxas podem ser cobradas pela utilização, desde que efetiva, de serviços públicos específicos e indivisíveis;**
- B) a contribuição de melhoria pode ser cobrada em decorrência da realização de serviços e obras de interesse público;**
- C) a administração tributária pode identificar o patrimônio e os rendimentos dos contribuintes, nos termos da lei, com vistas a dar caráter pessoal aos impostos;**
- D) cabe à lei federal ordinária estabelecer a definição dos tributos e de suas espécies, bem como dos correspondentes fatos geradores.**

17. A vedação de a União instituir impostos sobre livros, jornais e periódicos constitui uma hipótese de:

- A) isenção;
- B) imunidade;
- C) não-incidência;
- D) remissão.

18. É permitido à União instituir isenções de tributos da competência:

- A) federal e estadual;
- B) estadual;
- C) estadual e municipal;
- D) federal.

19. Assinale a proposição incorreta:

- A) as convenções particulares não podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal dos sujeitos passivos das obrigações tributárias;
- B) o sujeito passivo da obrigação tributária principal é a pessoa obrigada ao pagamento do tributo correspondente;
- C) o sujeito passivo da obrigação tributária principal é assim considerado quando, na condição de responsável, por disposição legal, tem relação direta e pessoal com o correspondente fato gerador;
- D) a pessoa jurídica de direito público, que possui competência para instituir determinado tributo e para exigir o seu cumprimento, é o sujeito ativo da respectiva obrigação tributária.

20. A legislação tributária que disponha sobre a dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias, deve ser interpretada:

- A) por analogia;
- B) literalmente;
- C) por equidade;
- D) de forma benigna.

21. A obrigação tributária acessória:

- A) surge com a ocorrência do fato gerador;
- B) extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente;
- C) pode converter-se em obrigação tributária principal;
- D) tem por objeto o pagamento do tributo.

22. É acertado afirmar-se que:

- A) a dívida ativa regularmente inscrita goza da presunção de certeza absoluta;
- B) possuir efeito de prova preconstituída não é característica da dívida ativa;
- C) em matéria de dívida ativa, a certeza refere-se ao título probatório e a liquidez à quantia cobrada;
- D) a presunção de certeza e liquidez atribuída à dívida ativa não pode ser elidida em nenhuma hipótese.

23. Assinale a proposição verdadeira:

- A) a isenção não é extensiva às contribuições de melhoria, salvo disposição legal em contrário;
- B) a anistia tributária só pode ser concedida em caráter de generalidade;
- C) quando a isenção não for concedida em caráter geral, só pode ser efetivada por meio de lei;
- D) a anistia só pode ser concedida por meio de lei, mas a isenção pode sê-lo por intermédio de decreto.

24. Tendo em vista o sistema constitucional tributário brasileiro, assinale a assertiva correta:

- A) os princípios da legalidade e da anterioridade comportam exceções;
- B) em decorrência do princípio da anterioridade não é permitida a cobrança de tributo sobre fatos ocorridos antes da vigência da lei que o instituiu;
- C) o princípio da uniformidade dos tributos corresponde à aplicação do princípio da igualdade no âmbito tributário;
- D) em caso de guerra a União pode instituir impostos extraordinários, os quais não podem ter fato gerador idêntico ao de outros impostos definidos na Constituição Federal.

25. Em matéria de obrigação e crédito tributários pode-se afirmar que:

- A) é vedada à União, aos Estados e aos Municípios a instituição de impostos sobre o patrimônio, a renda ou os serviços, uns dos outros, vedação que é extensiva às autarquias, fundações, empresas públicas e concessionárias de serviços públicos respectivas;
- B) a obrigação tributária surge com a ocorrência do fato gerador, isto é, a realização do fato tributável, ficando a constituição formal do crédito tributário na dependência de procedimento administrativo;
- C) o prazo prescricional para a constituição do crédito tributário, por meio do lançamento, é de cinco anos;
- D) considera-se ocorrido o fato gerador da obrigação tributária, tratando-se de situação de fato, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos do direito aplicável à realidade fática.

26. Em tema de extinção do crédito tributário, é correto afirmar-se que:

- A) a imposição de penalidade elide o pagamento integral do crédito tributário;
- B) o sujeito passivo não tem direito à restituição do valor do tributo pago, quando o pagamento foi realizado espontaneamente a maior do que o

devido;

- C) além do pagamento, são formas de extinção do crédito tributário a remissão, a moratória, a decadência e a transação;
- D) mediante lei autorizativa, que estabelecerá condições e garantias, pode ser realizada a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos do sujeito passivo.

27. São impostos indiretos e não-cumulativos os seguintes:

- A) sobre a renda e territorial rural;
- B) sobre operações financeiras e predial urbano;
- C) sobre produtos industrializados e sobre grandes fortunas;
- D) sobre operações relativas à circulação de mercadorias e serviços de transporte e comunicação e sobre produtos industrializados.

28. Cumpre à União entregar, do produto da arrecadação dos impostos de sua competência privativa:

- A) aos Estados e ao Distrito Federal, 20% (vinte por cento) da arrecadação dos impostos sobre a renda e sobre produtos industrializados;
- B) aos Municípios, 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do imposto sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados;
- C) aos Municípios, 30% (trinta por cento) do arrecadado com a cobrança dos impostos sobre a renda e sobre produtos industrializados;
- D) aos Estados e ao Distrito Federal, 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações industriais.

29. Assinale a afirmativa correta:

- A) a União pode, mediante lei complementar, instituir empréstimo compulsório, para custear investimento público de caráter urgente e relevante interesse nacional, o qual pode ser cobrado no mesmo exercício de sua instituição;
- B) apenas à União é permitido estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais e intermunicipais;
- C) as disposições normativas referentes às obrigações tributárias, assim como ao lançamento e ao crédito tributário, devem ser estabelecidas mediante lei complementar;
- D) o empréstimo compulsório, instituído mediante lei complementar, para atender a despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública, só pode ser cobrado no ano subsequente ao de sua instituição.

30. Uma das formas de extinção do crédito tributário é o decurso do prazo de cinco anos, a contar do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, ou da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado, o que caracteriza o instituto da:

- A) decadência;
- B) prescrição;
- C) transação;
- D) remissão.

31. São princípios norteadores da interpretação do Direito Administrativo, exceto:

- A) desigualdade jurídica entre a Administração e os administrados;
- B) utilização analógica das regras do Direito Privado, que lhe forem aplicáveis;
- C) presunção juris et de jure de legitimidade dos atos administrativos;
- D) interpretação restritiva dos poderes discricionários da Administração, quando colidem com os direitos individuais dos administrados.

32. A anulação de um ato administrativo pelo Poder Judiciário gera efeitos:

- A) ex nunc;
- B) ex tunc, ressalvados os efeitos do ato anulado quanto a terceiros de boa-fé;
- C) ex tunc, apenas quando se trata de atos inexistentes;
- D) nenhuma das alternativas acima.

33. O abuso de poder:

- A) reveste-se apenas da forma de desvio de finalidade;
- B) pode revestir-se de forma comissiva ou omissiva;
- C) apenas se caracteriza quando a autoridade atua nos limites de sua competência, praticando o ato com fim diverso do exigido pelo interesse público;
- D) ocorre somente nos atos administrativos vinculados.

34. É correto afirmar-se, quanto ao ato administrativo, que:

- A) a imperatividade está presente em todos os atos administrativos;
- B) o ato administrativo eficaz, mas não exequível, gera ato jurídico perfeito e impede a retroatividade de lei posterior;
- C) no ato administrativo discricionário, o desvio de poder está imune ao controle do Poder Judiciário;
- D) a revogação ou a modificação do ato administrativo deve obedecer à mesma forma do ato originário.

35. A ação ou omissão do Poder Público que incide diretamente sobre o contrato administrativo, provocando desequilíbrio na equação econômico-financeira inicial e retardando ou impedindo a sua execução, denomina-se:

- A) **caso fortuito;**
- B) **factum principis;**
- C) **fato da Administração;**
- D) **nenhuma das alternativas acima.**

36. Quando a Administração Pública adquire um bem de um particular, sujeitando-se às regras de direito civil para a concretização do negócio, pratica ato:

- A) **abdicativo;**
- B) **de gestão;**
- C) **discricionário;**
- D) **enunciativo.**

37. As afirmativas seguintes são verdadeiras, exceto:

- A) **o ato administrativo discricionário pode ser sempre anulado pelo Poder Judiciário, quando praticado por autoridade incompetente;**
- B) **os agentes políticos não são funcionários públicos em sentido estrito e estão, em princípio, a salvo de responsabilização civil, por eventuais erros de atuação;**
- C) **são nulos os atos lesivos ao patrimônio público, por ilegalidade do objeto, ensejando ajuizamento de ação popular;**
- D) **são formas de investidura derivada dos agentes públicos, admitidas pela Constituição Federal: a promoção, o acesso, a transferência, a reversão.**

38. As afirmativas seguintes são verdadeiras, exceto:

- A) **a motivação da punição disciplinar é sempre indispensável à validade da pena aplicada;**
- B) **o poder disciplinar caracteriza-se pelo discricionarismo na aplicação da pena, entre as que estiverem enumeradas em lei para a generalidade das infrações administrativas;**
- C) **toda condenação criminal de servidor público, pela prática de delito funcional, acarreta punição disciplinar;**
- D) **a absolvição criminal do servidor público, pela prática de delito funcional, afasta sempre sua responsabilidade administrativa.**

39. As afirmativas seguintes são verdadeiras, exceto:

- A) **os serviços industriais são impróprios do Estado e são remunerados mediante tarifa ou preço público;**
- B) **a Administração Pública pode, motivadamente, revogar licitação, com efeitos ex-nunc, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, indenizando o adjudicatário prejudicado;**
- C) **a Administração, por razões de conveniência e interesse públicos, pode revogar contrato administrativo;**
- D) **o convênio administrativo não adquire personalidade jurídica e pode ser denunciado pelos partícipes, a qualquer tempo, ante a igualdade jurídica**

de seus signatários.

40. As afirmativas seguintes são verdadeiras, exceto:

- A) o efeito do recurso administrativo é, normalmente, o devolutivo, salvo norma expressa em contrário;
- B) o controle legislativo da atividade administrativa é de legalidade e também de mérito;
- C) contra ato praticado por dirigente de empresa pública, que demite empregado regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, não cabe mandado de segurança;
- D) a prescrição em favor da Fazenda Pública, interrompida pelo titular do direito a qualquer tempo, dentro do quinquênio, recomeça a correr, a partir do ato interruptivo, por dois anos e meio, e se consuma sempre ao fim desse prazo.

41. As afirmativas seguintes são verdadeiras, exceto:

- A) as vantagens adquiridas pro labore facto são irretiráveis do servidor;
- B) os bens de empresa pública podem ser penhorados e dependem de autorização legislativa para sua oneração;
- C) a União, os Estados e os Municípios podem dispor sobre o tombamento de bens em seu território;
- D) a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

42. No direito brasileiro, as afirmativas seguintes são verdadeiras, exceto:

- A) a responsabilidade civil objetiva do Estado alcança também os atos praticados por agentes de pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos;
- B) o Estado pode eximir-se de responsabilidade civil, ou mitigá-la, se comprovar culpa exclusiva ou concorrente da vítima;
- C) o condenado pode responsabilizar civilmente o Estado, por erro judiciário;
- D) a obrigação de o agente causador do dano indenizar regressivamente o Estado decorre, automaticamente, em face da responsabilidade objetiva, da anterior condenação do Estado a indenizar a vítima.

43. Sobre o benefício da assistência social, que garante um salário-mínimo mensal ao portador de deficiência e ao idoso, nas condições do artigo 203, inciso V, da Constituição Federal, é correto afirmar-se que:

- A) para sua concessão ao idoso exige-se idade mínima de 70 (setenta) anos, com redução progressiva da idade para 68 (sessenta e oito) e 66 (sessenta e seis) anos,

- após 24 (vinte e quatro) e 48 (quarenta e oito) meses, respectivamente, do início da concessão do benefício;
- B) deve ser requerido à União Federal, por intermédio da Secretaria de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social;
 - C) gera direito ao pagamento da gratificação natalina;
 - D) não pode ser acumulado com outro benefício no âmbito da Seguridade Social ou de outro regime, salvo o da assistência médica.

44. No direito positivo vigente no Brasil, constitui benefício da Previdência Social:

- A) auxílio-natalidade;
- B) auxílio-funeral;
- C) salário-maternidade;
- D) pecúlio.

45. Depende de carência a concessão de:

- A) pensão por morte;
- B) salário-maternidade;
- C) auxílio-reclusão;
- D) aposentadoria por invalidez.

46. Havendo perda da qualidade de segurado, as contribuições anteriores a essa data:

- A) só podem ser computadas para fins de ulterior aposentadoria;
- B) só podem ser computadas, para efeito de carência, depois de o segurado contar, a partir da nova filiação à Previdência Social, com, no mínimo, metade do número de contribuições exigidas para o cumprimento da carência definida para o benefício a ser requerido;
- C) não são computadas, em nenhuma hipótese, para efeito de carência, para a concessão de ulterior benefício;
- D) nenhuma das alternativas acima.

47. Integra(m) o salário-de-contribuição:

- A) aviso prévio indenizado;
- B) diárias para viagens não excedentes a 50% (cinquenta por cento) da remuneração mensal;
- C) gratificação natalina;
- D) férias indenizadas.

48. As afirmativas seguintes são verdadeiras, exceto:

- A) o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social, mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, em princípio até 12 (doze) meses após a cessação das contribuições;

- B) o segurado incorporado às Forças Armadas para prestação de serviço militar mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, até 3 (três) meses após o licenciamento;
- C) o segurado facultativo mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, até 3 (três) meses após a cessação das contribuições;
- D) o segurado recluso mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, até 12 (doze) meses após o livramento.

49. As afirmativas seguintes são verdadeiras, exceto:

- A) o servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, é segurado obrigatório da Previdência Social, como empregado;
- B) o servidor público municipal é segurado obrigatório da Previdência Social, e, como tal, incluído no Regime Geral de Previdência Social, se não estiver sujeito a sistema próprio de previdência social;
- C) atendidos os demais requisitos, é devida aposentadoria especial, se perícia judicial constatar que a atividade exercida pelo segurado é perigosa, insalubre ou penosa, mesmo não inscrita em Regulamento;
- D) o Regime Geral de Previdência Social, previsto na Lei nº 8.213/91, garante a cobertura de situação de desemprego involuntário.

50. As afirmativas seguintes são verdadeiras, exceto:

- A) exige-se carência de 36 (trinta e seis) contribuições mensais, para que o segurado possa contar, para fins de obtenção dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, o tempo de serviço prestado à administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- B) o valor da aposentadoria por invalidez do segurado que necessitar de assistência permanente de outra pessoa, será acrescido de 25% (vinte e cinco por cento), exceto quando o valor da aposentadoria atingir o limite máximo legal;
- C) a perda da qualidade de segurado, após o preenchimento de todos os requisitos exigíveis para a concessão de aposentadoria ou pensão, não importa extinção do direito a esses benefícios;
- D) o direito ao benefício é imprescritível, prescrevendo, em 5 (cinco) anos, apenas as prestações não pagas nem reclamadas na época própria, resguardados os direitos dos menores dependentes, dos incapazes ou dos ausentes.

51. Assinale a opção correta:

- A) a medida de segurança detentiva é aplicável, na sentença condenatória, ao acusado que tenha cometido crime hediondo;
- B) no Código Penal em vigor, a reparação de dano é requisito tanto de sursis simples, como de sursis especial;

- C) há concurso material, quando o agente pratica dois ou mais crimes, mediante uma só conduta (positiva ou negativa), com dois ou mais resultados puníveis;
- D) nosso Código, ao filiar-se à teoria objetiva pura, adotou a orientação de que o crime continuado não depende da unidade de desígnios do agente.

52. De acordo com nossa legislação penal:

- A) nos crime dolosos, as penas restritivas podem substituir a pena privativa de liberdade, fixada em I (um) ano;
- B) a multa, como pena substitutiva, sempre está prevista na sanção do crime a que se comina pena privativa de liberdade, fixada em quantidade não superior a 6 (seis) meses;
- C) nos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, o limite da pena de multa pode ser estendido até o décuplo do valor máximo genérico previsto como sanção no Código Penal (art. 49, §§ 11 e 21);
- D) a pena de multa não pode ser cumulada com a pena restritiva de direitos.

53. Uma das opções abaixo é a correta:

- A) o princípio da retroatividade benigna não se aplica aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado e previstos em leis excepcionais ou temporárias;
- B) a lei que não mais considera como crime determinado fato, faz cessar todos os efeitos da sentença condenatória, bem como os efeitos civis;
- C) transitada em julgado sentença condenatória, a aplicação de lei nova, mais benigna, não deve ser pleiteada diretamente ao Juiz da Vara de Execução Penal, mas ao Tribunal de Justiça;
- D) nos crimes materiais, a prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr a partir da ação ou omissão delituosa, ainda que outro seja o momento do resultado.

54. Funcionário público, encarregado do recebimento de valores em dinheiro, retarda a entrega de prestação de contas para encobrir seu próprio desfalque. Pratica o crime de:

- A) prevaricação;
- B) corrupção passiva;
- C) sonegação de documento;
- D) peculato.

55. Policial de trânsito que exige vantagem indevida para não multar motorista surpreendido em flagrante, com velocidade excessiva em local proibido, pondo em risco a segurança alheia, pratica o crime de:

- A) concussão;
- B) prevaricação;
- C) corrupção passiva;

D) concussão e prevaricação em concurso formal.

56. Assinale a proposição correta:

- A) a prescrição da ação penal regula-se pela pena concretizada na sentença, quando não há recurso de apelação;**
- B) no caso de concurso de crimes ou de crime continuado, a prescrição regula-se pela soma do concurso material ou pelos acréscimos decorrentes do concurso formal, ou do crime continuado;**
- C) anulada, a pedido do réu, por vício formal, sentença condenatória transitada em julgado para a acusação, nova sentença poderá impor pena maior do que aquela anteriormente aplicada pela decisão anulada;**
- D) em relação às causas especiais de aumento ou diminuição de pena, a porção fixada pela sentença condenatória, antes de transitar em julgado, deve ser somada ou diminuída da pena máxima abstrata, para efeito de cálculo do prazo prescricional.**

57. Assinale a proposição incorreta:

- A) a punibilidade dos crimes praticados contra a ordem tributária (Lei nº 8.137/90 e Lei nº 4.729/65) extingue-se com o pagamento, feito pelo agente, do tributo ou contribuição social, inclusive acessórios, mesmo depois de iniciada a ação fiscal, ou antes do recebimento da denúncia;**
- B) nos crimes cometidos contra a ordem tributária, qualquer pessoa poderá provocar a iniciativa do Ministério Público;**
- C) a reintrodução no país de produtos de fabricação brasileira, destinados exclusivamente à exportação e de venda proibida no Brasil, configura crime de contrabando;**
- D) Diretor de Secretaria de Vara Federal que recebe diretamente da parte, em confiança, valor correspondente à execução judicial ali em curso e dele se apossa, pratica o crime de peculato e não o de apropriação indébita.**

58. Mediante grave ameaça, assaltante, armado de revólver em punho, exige dinheiro da vítima, que, assim constrangida, lhe entrega, no momento, relógio de pulso, de grande valor. O crime é de:

- A) roubo;**
- B) extorsão;**
- C) constrangimento ilegal;**
- D) ameaça em concurso formal com extorsão.**

59. Alguém que se intitula agente policial, usando falsa identidade, ao realizar diligência, surpreende viciado usando droga, a quem exhibe o documento, de falsidade aparentemente grosseira, e, para não prendê-lo em flagrante, dele exige certa quantia em dinheiro, que lhe é entregue de imediato. O crime cometido é o de:

- A) usurpação de função pública;**
- B) estelionato;**
- C) constrangimento ilegal;**

D) uso de documento falso.

60. É acertado afirmar que:

- A) a embriaguez preordenada pode reduzir a pena de um a dois terços, se o agente não possuía, ao tempo da ação ou omissão, plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento;**
- B) um dos efeitos específicos da condenação é tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, a qual deve ser declarada na sentença;**
- C) as conseqüências extrapenais genéricas da condenação dispensam expressa declaração na sentença;**
- D) a anistia, como causa de extinção da punibilidade, pode ser concedida por decreto do Presidente da República.**

61. Em matéria de duplo grau de jurisdição, cabe:

- I - remessa de ofício de qualquer sentença proferida contra autarquia e fundação pública;
- II - remessa de ofício de qualquer sentença proferida contra a União, o Estado e o Município;
- III - remessa de ofício, no caso das autarquias, somente da sentença que julgar improcedente a execução da dívida ativa da Fazenda Pública;
- IV - ao juiz ordenar a remessa dos autos ao Tribunal, somente se houver apelação da parte vencida.

- A) Estão corretas as afirmativas I, II e IV.**
- B) Estão corretas as afirmativas I, III e IV.**
- C) Estão corretas as afirmativas I e II.**
- D) Estão corretas as afirmativas I e III.**

62. No conflito intertemporal de legislação processual relativa à alteração de recurso cabível:

- I - o princípio de aplicação imediata da lei processual determina que a lei nova, mesmo em matéria de recurso, rege qualquer processo e é aplicável a toda sentença ou decisão não transitada em julgado;
- II - aplica-se a lei em vigor na data da publicação da sentença;
- III - aplica-se a lei em vigor na data da publicação da decisão;
- IV - prevalece a lei nova, em qualquer hipótese.

- A) Estão corretas as afirmativas II e III.**
- B) Estão corretas as afirmativas I e IV.**
- C) Estão incorretas as afirmativas II e III.**
- D) Está correta a afirmativa IV.**

63. No processo de mandado de segurança, em que o Ministério Público atua como fiscal da lei:

- I - o juiz pode proferir sentença independentemente do parecer do Procurador da

República, se não houver pronunciamento do Ministério Público no prazo legal;

II - o juiz não pode proferir sentença, enquanto não exarado parecer do Ministério Público;

III - o Ministério Público não tem legitimidade para recorrer da sentença;

IV - o ônus por honorários advocatícios será do órgão público a que pertencer a autoridade coatora.

A) Estão corretas as afirmativas I, III e IV.

B) Está incorreta apenas a afirmativa II.

C) Está correta apenas a afirmativa II.

D) Estão corretas as afirmativas II e IV.

64. Nas ações de desapropriação, o parecer do assistente técnico da parte:

A) só pode ser juntado até o termo final do prazo concedido pelo juiz;

B) pode ser juntado aos autos a qualquer tempo, antes de proferida a sentença;

C) deve ser desentranhado dos autos, se juntado após o decurso do prazo de 10 (dez) dias, ainda que a sentença não tenha sido proferida;

D) pode ser juntado aos autos a qualquer tempo, mesmo se já proferida a sentença.

65. A astreinte, ou seja, a multa cominatória, nos casos de cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer, a que se refere a legislação processual, seja no texto do Código, seja na legislação esparsa:

I - possui cunho tanto cominatório quanto compensatório;

II - é aplicada somente a pedido do credor;

III - somente na ação civil pública pode ser aplicada pelo juiz, de ofício;

IV - o juiz, se omissa a sentença, na execução por título judicial, fixará seu valor, independentemente do pedido do credor.

A) Estão corretas as afirmativas I e II.

B) Estão corretas as afirmativas I e IV.

C) Está correta a afirmativa III.

D) Está correta a afirmativa IV.

66. As custas da apelação, na Justiça Federal:

A) devem ser pagas, sob pena de deserção, no ato de interposição dos recursos;

B) devem ser pagas tanto pelos particulares como pelas entidades públicas, exceto a União Federal, que é isenta;

C) devem ser pagas no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de deserção;

D) são devidas em qualquer processo, inclusive no de habeas data.

67. Após publicada a sentença:

A) o juiz só pode corrigir o seu conteúdo mediante embargos de declaração;

- B) o juiz, de ofício, só pode corrigir inexatidões materiais ou erros de cálculo;**
- C) o juiz pode declarar seu conteúdo, de ofício, corrigindo pontos omissos, sobre os quais deveria pronunciar-se;**
- D) o juiz só pode explicitar obscuridades contidas na sentença.**

68. Na ação de execução fiscal, com penhora de bens, os embargos do devedor devem ser interpostos:

- A) no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação da penhora;**
- B) no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada aos autos da prova da intimação da penhora;**
- C) no prazo de 10 (dez) dias, contados da juntada aos autos da prova da intimação da penhora;**
- D) no prazo de 30 (trinta) dias, contados da intimação da penhora.**

69. Na ação cautelar:

- I - não cabe condenação do vencido em honorários advocatícios;
- II - não cabe duplo grau de jurisdição;
- III - a apelação é sempre recebida no duplo efeito;
- IV - cabe a condenação do vencido em honorários de advogado.

- A) É correta a afirmativa IV.**
- B) São corretas as afirmativas III e IV.**
- C) São corretas as afirmativas II e IV.**
- D) É correta a afirmativa I.**

70. Alegando o réu, órgão público, em preliminar da contestação, em que também impugna o mérito do pedido, que o autor não comprovara prévio requerimento administrativo, ainda que não precisasse esgotar a via administrativa, o juiz:

- A) deve extinguir o processo, sem julgamento do mérito;**
- B) deve rejeitar a preliminar;**
- C) deve suspender o processo, até o pronunciamento administrativo do réu;**
- D) deve conceder ao autor o prazo de 10 (dez) dias para que traga aos autos a prova de requerimento administrativo, sob pena de extinção do processo.**

71. Em ação proposta na Justiça Federal, servidor público federal, enquadrado no regime jurídico único, anteriormente vinculado ao regime da CLT, pleiteia pagamento de parcelas de reajuste de salário relativas ao período celetista, bem como parcelas de reajuste dos vencimentos sob o regime jurídico único, não contratual. Deve o juiz federal:

- A) julgar parte do pedido, quanto ao período do regime jurídico único, sem prejuízo de ajuizamento de nova ação na Justiça do Trabalho, com pedido de reajustes salariais referentes ao período de vinculação ao regime da CLT;**
- B) remeter o processo à Justiça do Trabalho, por reconhecer a incompetência da Justiça Federal;**

- C) **extinguir o processo, por não ser possível cumular pedidos distintos, de competência judiciária diversa;**
- D) **julgar o pedido por inteiro, por considerar prorrogada sua jurisdição, se a parte ré não interpuser exceção de incompetência, sob fundamento de não competir à Justiça Federal o julgamento de causas em matéria trabalhista, desde o advento da Constituição de 1988.**

72. O cônjuge do executado, se intimado de penhora em imóvel do casal, para defesa de sua meação:

- A) **só pode opor embargos de devedor;**
- B) **não pode ingressar com nenhuma ação, em se tratando de execução fiscal, em que não cabe defesa da meação;**
- C) **em se tratando de execução fiscal, pode pedir a substituição do bem por outro;**
- D) **pode opor embargos de terceiro.**

73. Assinale a resposta errada:

- A) **todo ato jurídico é, obrigatoriamente, juridicamente existente;**
- B) **todo ato para ser considerado jurídico há de ser lícito;**
- C) **o ato jurídico válido ou inválido pode ser eficaz ou ineficaz;**
- D) **os atos jurídicos inválidos são nulos ou anuláveis.**

74. Assinale a resposta errada:

- A) **menor com 18 anos de idade completos, sem assistência, pratica ato anulável;**
- B) **a menor, alienado mental, é dado curador;**
- C) **a incapacidade de agir não gera a incapacidade de direito;**
- D) **representado o menor, considera-se praticado o ato pelo representante.**

75. Assinale a resposta errada:

- A) **prescrição e decadência são decorrências do decurso do tempo e da inação do titular do direito;**
- B) **a prescrição afeta a ação e não atinge o direito mesmo;**
- C) **a decadência atinge o direito mas deixa intacta a ação;**
- D) **os direitos potestativos são atingidos pela decadência.**

76. Assinale a resposta errada:

- A) **a posse tem como um dos seus principais efeitos fazer nascer a proteção possessória;**
- B) **pode-se definir usucapião como Aposse + tempo \cong ;**
- C) **a posse pode ser justa, injusta, de boa-fé, de má-fé, direta ou indireta;**

D) o servidor da posse tem posse, porque é empregado do dono da coisa.

77. Assinale a resposta errada:

- A) o terceiro não interessado que paga tem direito à subrogação;**
- B) o terceiro interessado pode pagar o débito em seu próprio nome;**
- C) o terceiro não interessado pode pagar o débito em nome do devedor;**
- D) o terceiro interessado tem direito à quitação.**

78. Assinale a alternativa errada:

- A) no Brasil os contratos não têm efeito real;**
- B) no contrato bilateral quem não cumpre não pode exigir o cumprimento do outro;**
- C) se for nulo o contrato, pode-se tentar a sua conversão em outro válido;**
- D) os contratos preliminares obrigam quando seguidos pelos definitivos.**

79. Assinale a alternativa errada:

- A) o homem responde por seus atos, pelo fato do animal e da coisa;**
- B) a responsabilidade do Estado passou a ser admitida desde que decorrente do dolo;**
- C) antigamente, só com base na culpa, a responsabilidade civil, tem, hoje, também o risco como sua causa;**
- D) de um mesmo fato pode decorrer cumulativamente a responsabilidade por dano material e moral.**

80. Assinale a alternativa errada:

- A) a parte ideal do condômino não pode ser hipotecada;**
- B) terceiro pode dar bem seu em garantia de dívida alheia;**
- C) o adquirente do imóvel hipotecado é admitido a remir a dívida;**
- D) um mesmo bem pode ser dado em garantia hipotecária, mais de uma vez, concomitantemente.**

81. Assinale a resposta errada.

São títulos de crédito admitidos:

- A) letra imobiliária, warrant, cédula de laudêmio;**
- B) duplicata, debênture, ações de sociedade anônima;**
- C) cheque, nota de crédito industrial, cédula rural;**
- D) letra de câmbio, nota promissória, certificado de depósito bancário.**

82. Assinale a alternativa errada.

Estão sujeitas à intervenção da Lei nº 6024/74:

- A) instituições financeiras públicas de qualquer natureza;
- B) instituições financeiras privadas de qualquer natureza;
- C) as cooperativas de crédito rural e industrial;
- D) os bancos estaduais.

83. Assinale a alternativa errada:

- A) a alienação fiduciária é um negócio que gera propriedade resolúvel;
- B) quando o credor adquirente fiduciário recupera o bem, é-lhe facultado usá-lo ou vendê-lo;
- C) a alienação fiduciária pode ter por objeto bem móvel mesmo que não tenha sido adquirido com o empréstimo;
- D) a alienação fiduciária cria uma garantia real que se extingue com a extinção da dívida.

84. A Aímunidade à jurisdição ≅ significa:

- A) os estrangeiros não são obrigados a pagar impostos no Brasil;
- B) aos diplomatas estrangeiros não se aplica a legislação brasileira;
- C) aos diplomatas estrangeiros se estendem as mesmas imunidades dos parlamentares;
- D) as leis brasileiras aplicam-se aos estrangeiros quando estão em território brasileiro.

85. ProscREVendo a solução armada e a guerra, o Direito Internacional consagra vias de solução diplomáticas, jurisdicionais e políticas na composição dos conflitos de interesses no plano da comunidade internacional.

Constituem exemplos de composição jurisdicional:

- A) consultas, mediações, conciliação;
- B) arbitragens, comissões de inquérito;
- C) embargo, bloqueio pacífico;
- D) nenhuma das anteriores.

86. Assinale a resposta errada.

A República Federativa do Brasil adota os seguintes princípios em suas relações internacionais:

- A) independência nacional, prevalência dos direitos humanos;
- B) auto-determinação dos povos, não-intervenção;
- C) defesa da paz, solução pacífica dos conflitos;
- D) preservação do meio-ambiente, defesa da Amazônia brasileira.

87. Assinale a resposta errada.

Somente podem ser exercidos por brasileiros natos os cargos de:

- A) integrante da carreira diplomática;
- B) oficial superior das polícias militares;
- C) presidente do Senado Federal;
- D) ministro do Supremo Tribunal Federal.

88. Assinale a resposta errada.

Constituem requisitos para a obtenção da naturalização:

- A) não ser portador de idéias políticas que defendam a segregação racial;
- B) ter registro como permanente no Brasil;
- C) ter plena capacidade e residência no território nacional;
- D) ler e escrever português e ter bom comportamento.

89. Assinale a alternativa errada.

A saída do estrangeiro do Brasil pode-se dar coercitivamente por:

- A) deportação aplicada pelo Presidente da República a estrangeiro que entrou irregularmente em território nacional;
- B) expatriação aplicada ao estrangeiro que não obteve visto de permanência ou sua renovação;
- C) expulsão como pena por comportamento delituoso ou nocivo aos interesses nacionais;
- D) extradição aplicada a ex-estrangeiro, naturalizado brasileiro, na forma prevista em lei.

90. O Brasil adota o princípio do jus solis no que tange à nacionalidade. É exceção ao referido princípio:

(Assinale a resposta errada)

- A) filhos de brasileiros, nascidos no estrangeiro, se os pais estiverem a serviço da República Federativa do Brasil, são brasileiros;
- B) filhos de brasileiros, nascidos no estrangeiro, que venham a residir no Brasil e optem pela nacionalidade brasileira, são brasileiros;
- C) filhos de brasileiros, nascidos no estrangeiro e registrados em consulado brasileiro, são brasileiros;
- D) filhos de estrangeiros, nascidos no Brasil, se os pais estiverem a serviço de seus países, são estrangeiros.

91. Assinale a opção correta:

- A) a extinção da punibilidade, após o trânsito em julgado da sentença, impede que essa seja executada, para efeito de reparação do dano causado pelo

- B) delito, pois o fato extintivo exclui o efeito secundário da sentença;**
- B) no peculato culposo, a decisão que reduz da metade a pena imposta, por reparação do dano posterior ao trânsito em julgado da sentença condenatória, não impede o exercício da actio civilis ex delicto;**
- C) compete à Justiça Federal processar e julgar contravenção penal praticada em detrimento de bens, serviços ou interesse da União, ou de suas entidades;**
- D) como exceção ao princípio da indisponibilidade da ação penal, pode o Ministério Público transigir ou conciliar, segundo hipóteses legais.**

92. É correto afirmar que:

- A) o particular que realiza prisão em flagrante, pode apreender qualquer objeto na posse de quem está cometendo a infração penal;**
- B) quem sofre perseguição iniciada imediatamente após a infração, pode ser preso em flagrante presumido;**
- C) quando o autor do fato é encontrado, logo depois, com instrumentos que façam presumir ser ele o autor da infração, pode ser preso em quase-flagrante ou flagrante impróprio;**
- D) no crime de ocultação de cadáver, entende-se em flagrante delito o agente, enquanto não cessada a permanência da infração.**

93. Uma das opções está incorreta:

- A) a intimação de sentença condenatória deve ser feita ao réu menor de 21 anos, a seu defensor e curador nomeado, contando-se o prazo da última diligência;**
- B) réu que não tem direito à fiança, não pode ser favorecido pela liberdade provisória;**
- C) a circunstância de ser o delito afiançável, não afasta a prisão preventiva;**
- D) para a perfeição do flagrante nos crimes materiais, não é indispensável a realização de perícia.**

94. Das proposições abaixo, uma é a correta:

- A) em conseqüência da prática de vários crimes continuados e concurso formal entre dois deles, o juiz, ao proferir sentença condenatória, aplicará a regra desse concurso;**
- B) na sentença absolutória imprópria, o juiz aplicará medida de segurança;**
- C) para perfeição de intimação de sentença condenatória, basta que o réu e seu defensor sejam intimados da parte dispositiva da decisão, como ocorre no processo civil;**
- D) nos crimes materiais, a falta do exame do corpo de delito impede a propositura de ação penal.**

95. Não há incorreção na afirmativa de que:

- A) a falta da apresentação de defesa prévia pelo defensor nomeado, que não**

tem condições de manter contato com o réu revel, não é causa de nulidade da ação penal, à vista da regra inscrita no art. 396 do Código de Processo Penal, segundo a qual, Apresentada ou não a defesa, proceder-se-á à inquirição de testemunhas...≃;

- B) a ausência de despacho de recebimento da denúncia não anula ação penal que teve andamento regular;
- C) como não há prazo legal para audiência de testemunhas arroladas pela defesa, quando o réu estiver preso, ao contrário da fixação de 20 (vinte) dias para inquirição das testemunhas indicadas pelo Ministério Público, o juiz, dentro de prudente critério, pode ouvir aquelas no dobro do prazo legal;
- D) férias, domingo ou dia feriado podem interromper os prazos contínuos e peremptórios, no processo penal.

96. Indique a opção correta:

- A) o prazo decadencial da queixa ou representação pode ser interrompido pelas férias forenses;
- B) greve de servidores da Justiça Federal não constitui força maior para interrupção de prazos contínuos ou peremptórios, no processo penal;
- C) ocorre a conexão de crimes intersubjetiva, quando duas ou mais infrações houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas;
- D) a fuga de réu preso, que interpôs recurso de apelação de sentença condenatória, não acarreta deserção.

97. Em tema de nulidade processual:

- A) declarada a nulidade de um ato, essa nulidade contamina os atos que dele dependam ou sejam conseqüência, mas a declaração só é válida, se mencionar, especificamente, os atos contaminados e o vício acarretar a nulidade de todos os subseqüentes;
- B) na ação penal privada, os defeitos do instrumento de mandato podem ser a todo tempo sanados, mesmo depois do prazo decadencial de 6 (seis) meses;
- C) as omissões da denúncia, no tocante ao relato do fato ou à imputação típica, podem ser supridas a todo tempo, antes da sentença final;
- D) nenhuma das partes poderá argüir nulidade referente a formalidade cuja observância só interesse à parte contrária.

98. De acordo com a legislação processual:

- A) na ação penal por crime de abuso de autoridade é necessária a resposta prévia;
- B) aditamento da denúncia para nela incluir delito funcional, dispensa resposta prévia;
- C) decisão administrativa que inocenta o agente, servidor público, impede o exercício da ação penal por crime funcional;
- D) a errônea classificação legal do crime pode ser corrigida a qualquer tempo, antes da sentença final.

99. Indique a proposição incorreta:

- A) se, na sentença, ao fixar a pena, o juiz esquecer-se de causa especial de aumento, a falha poderá ser sanada mediante embargos de declaração;
- B) é nula a sentença que admite a existência de fatos para a condenação, não descritos na denúncia;
- C) em face do sistema adotado pelo Código de Processo Penal, o juiz pode proferir sentença condenatória baseada, exclusivamente, em prova indiciária;
- D) juiz que presenciou a prática de crime e não haja servido como testemunha, não está impedido de funcionar no processo.

100. A opção correta é:

- A) caso o ofendido seja, ao mesmo tempo, réu no processo, como na hipótese de lesões corporais recíprocas, pode ser ele assistente do Ministério Público;**
- B) se o Ministério Público apelar de sentença absolutória, nada impedirá que seu assistente também recorra, com idêntica pretensão;**
- C) na hipótese em que for cominada para a infração pena mínima de reclusão superior a 2 (dois) anos, compete ao juiz, de ofício, ou a requerimento do interessado ou terceiro, arbitrar a fiança;**
- D) não é cabível fiança, em caso de prisão por mandado de juiz do cível.**